

O discurso verde e a moderna consciência ecológica burguesa

Carla Marques¹ - xcarlamarquesx@hotmail.com

1. Apresentação

A busca por um mundo ecologicamente sustentável, uma das bandeiras dos movimentos contraculturais dos anos 60, converteu-se, em algumas décadas, em assunto público emergencial e onipresente. A *preocupação geral* com a sobrevivência do planeta percorre diariamente o noticiário jornalístico, a produção audiovisual, a publicidade de corporações e marcas, a comunicação estatal e a propaganda política. Especulações e alertas sobre o “colapso da natureza” ocupam significativa parcela dos debates políticos atuais no país e no mundo. Para os ideólogos do movimento verde, o tema está acima dos campos políticos e das classes sociais, pois desequilíbrios ambientais atingiriam democraticamente toda a humanidade. De acordo com manifesto do Partido Verde brasileiro (1986), “a grande diferença da proposta Verde é que não procura dividir o mundo nem explorados e exploradores, porque estamos todos no mesmo barco. Nem à direita nem à esquerda, o Partido Verde deve estar à frente de capitalistas e comunistas”. O pressuposto da neutralidade da causa ambiental permitiria sua adaptação a qualquer sistema econômico – inclusive ao capitalismo.

Como observa Zizek (1996: 7), recorrendo a Jameson, ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo, enquanto a imaginação popular é assombrada pelas visões do fim do mundo, da eliminação de toda a vida sobre a Terra. Parece mais fácil imaginar o fim do mundo que uma mudança muito mais modesta no modo de produção. O capitalismo liberal se firma no imaginário como um elemento real e constante, que sobreviverá mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global. “Assim, pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz

¹ Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (Idem).

Não se trata de negar as evidências científicas da devastação ambiental, fato concreto e observável em boa parte do planeta, mas de problematizar a forma como o tema é exposto à sociedade. Os discursos dos grupos dominantes – que escoam por diversos canais, inclusive os científicos – são hoje os grandes responsáveis por circunscrever o problema; redefinir os significados de ecologia e sustentabilidade; propor adaptações ao modelo capitalista; ensinar “valores éticos” aos cidadãos/consumidores; hierarquizar os problemas sociais de acordo com uma pretensa escala de gravidade etc. Efetivamente, nas últimas décadas, com a emergência dessa nova consciência ecológica burguesa, ganhou força o reconhecimento da necessidade de uma relação mais harmoniosa entre seres humanos e natureza. Entretanto, as chances de sucesso da maioria das propostas em circulação estão diretamente ligadas à qualidade das perguntas que são geralmente levantadas sobre o problema.

A abordagem marxista original, que adotaremos neste trabalho, introduz outros elementos que são deliberadamente negligenciados pela percepção hegemônica, a começar pela relação entre alienação do trabalho humano e alienação dos seres humanos em relação à natureza. De acordo com Marx, essa alienação bilateral, acima de tudo, precisava ser explicada historicamente. Para além da polêmica entre antropocêntricos utilitaristas (defensores da dominação da natureza) e ecocêntricos românticos (partidários da adoração da natureza), disputa que se restringe frequentemente ao âmbito dos *valores*, é necessário perseguir a difícil compreensão das relações metabólicas (*materiais*) entre seres humanos e natureza (Foster 2005: 25).

Segundo representantes do discurso contemporâneo do *desenvolvimento sustentável*, o centro da questão está no predomínio, por séculos, de uma ética que estimulou o convívio predatório da sociedade com a natureza. Ética inspirada, entre outras fontes, na visão bíblica do paraíso à disposição dos desejos do homem e na filosofia antropocêntrica. Para reformar a degradada

relação homem-natureza, a corrente defende a busca de “outra moral” que promova uma concepção de vida não-perdulária (Barreto 2009: 76). Em última instância, essa crença se ancora na suposição de que a lógica do sistema capitalista poderia ser transformada pela adoção, individual ou coletiva, de uma nova consciência ecologicamente responsável – cujas atitudes fundadoras seriam a reorientação dos desejos; a retração dos ímpetos consumistas e dos hábitos esbanjadores; a preferência por produtos com selos ecológicos; a adesão à coleta seletiva do lixo nos condomínios etc. Em geral, tais apelos são direcionados para que “cada indivíduo faça a sua parte” – expondo o problema ambiental como uma questão de *escolhas corretas* ou *valores éticos* (Idem).

No sentido contrário, a perspectiva marxista do tema se volta para questões estruturais do sistema capitalista, que, ao se consolidar no século XIX, inaugurou também um período da depredação ecológica em larga escala. Seguindo essa linha, Foster busca desenvolver uma proposta ecológica revolucionária, que associa a profunda transformação social com a mudança da relação humana com a natureza.

2. O materialismo marxista e a crítica da alienação da natureza

Embora a moderna Teoria Verde tenha se popularizado nas últimas décadas, o debate sobre a relação homem-natureza remonta aos autores clássicos da Antiguidade, entre eles, Epicuro, materialista grego que inspirou a tese de doutoramento de Marx. O resgate do materialismo, entre os séculos XVII e XIX, permitiu a emergência de modos ecológicos de pensar – segundo defende Foster (2005: 13), que identifica Marx e Darwin como seus maiores representantes no século XIX. Surgido como teoria da natureza das coisas no início da filosofia grega, o materialismo “afirma que as origens e o desenvolvimento de tudo que existe dependem da natureza e da ‘matéria’, ou seja, trata-se de um nível de realidade física independente do pensamento e anterior a ele” (Foster 2005: 14).

O materialismo de Epicuro não implicava necessariamente um determinismo rígido e mecânico, mas tentava mostrar como uma visão materialista da natureza das coisas forneceu a base material para uma concepção de liberdade humana. Acima de tudo, o epicurismo oferecia um ponto de vista antiteleológico, isto é, a rejeição de todas as explicações naturais baseadas nas causas finais e na intenção divina. A filosofia de Epicuro enfatizava o mundo empírico das sensações, mas reconhecia o papel da razão na interpretação desse mundo (Idem: 88). No século XIX, observou Engels, os filósofos se dividiam entre os que afirmavam o primado do espírito sobre a natureza e se situavam no campo do idealismo; e os demais, que consideravam a natureza primária e integravam as diversas escolas do materialismo.

O materialismo epicurista enfatizava a mortalidade do mundo, o caráter transitório de toda a vida e existência. Os seus princípios mais fundamentais eram de que nada vem do nada e nada sendo destruído pode ser reduzido a nada. (...) Daí na filosofia de Epicuro não haver necessidade das causas finais aristotélicas; em vez disso, a ênfase recaía nos arranjos em constante mudança na natureza em si, concebida como mortal e transitória. (Foster 2005: 19)

De acordo com Foster, baseado na tradição epicurista, Marx adotou um materialismo fundado na crítica radical a todas as formas teleológicas de pensar – uma postura que hoje seria considerada realista, enfatizando a existência do mundo exterior, físico e independente do pensamento; ao mesmo tempo, realista e relacional (ou seja, dialética). Marx rompeu com o *materialismo abstratamente contemplativo* de pensadores de épocas distintas, como Epicuro e Feuerbach, e desenvolveu o *materialismo prático*, que afirma o papel constitutivo da agência transformadora do homem na reprodução e na transformação das formas sociais – contudo, sem jamais abandonar o compromisso geral com uma concepção materialista da natureza.

Embora tenha denunciado a espoliação da natureza muito antes do surgimento de uma moderna consciência ecológica burguesa, Marx tem sido acusado, ao longo dos anos, de antiecológico e prometéico. Os críticos verdes de Marx argumentam 1) que o pensamento ecológico é apenas periférico em

sua obra; 2) que ele não incluiu a exploração da natureza em seu teoria do valor, supostamente naturalizando-a; 3) que sua obra apostava na tecnologia capitalista e no desenvolvimento econômico para sanar os problemas de escassez; 4) que ele seria “*especesista*”, isto é, dissociava radicalmente seres humanos dos outros animais, tomando partido dos primeiros. Afirma-se também que o materialismo de Marx promoveu uma dominação econômica da natureza, acusação que transforma o pensador num representante do antropocentrismo utilitário e, assim, torna-o alvo fácil para os partidários do ecocentrismo romântico.

Foster observa que, normalmente, os críticos verdes desenvolvem a idéia de “dominação da natureza” como uma perspectiva simplista, diretamente antropocêntrica, característica do mecanismo, à qual se pode opor uma visão romântica, organicista, vitalista e pós-moderna.

A perpetuação desta perspectiva dualista é intrínseca a grande parte da Teoria Verde da época [de Marx], e, por vezes, levou essa tradição a uma crua rejeição de quase toda a ciência moderna, bem como o Iluminismo e os movimentos mais revolucionários – uma tendência que alimentou o anti-racionalismo de boa parte do pensamento pós-moderno contemporâneo. Do século XVII ao século XX, quase todos os pensadores, salvo alguns poetas, artistas e críticos culturais, são condenados nesta visão por aderirem a valores antiecológicos e por endeusarem o progresso”. (Foster 2005: 26)

Entretanto, o materialismo epicurista, ressuscitado no pensamento dos teóricos do Iluminismo, não apenas rompeu com a visão teológica da Grande Cadeia do Ser, que explicava o universo em termos de divina providência e de criação da Terra por Deus para o homem, como também permitiu o nascimento da *ecologia moderna* em meados do século XIX – com as descobertas, entre outros cientistas, do evolucionista Darwin e do químico agrícola Liebig. O materialismo científico determinou o fim das explicações científicas de ordem religiosa, como a noção de que a Terra era o centro do universo e de que o tempo e o espaço eram ilimitados. O relato evolucionário da natureza de Darwin derivava de seu materialismo intransigente em relação ao mundo natural. Curiosamente, como salientou Marx, o biólogo inglês, a um só tempo,

contribuiu para a “morte da teleologia” e para o crescimento de um ponto de vista antiantropocêntrico (isto porque sua obra provava a íntima relação entre os seres humanos e as demais espécies no processo de evolução).

De acordo com Foster, uma abordagem ecológica própria do materialismo dialético deve se opor à uma visão do mundo natural vitalista, espiritualista e em conformidade com algum propósito teleológico:

(...) um materialista vê a evolução como um processo aberto de história natural, governado pela contingência, mas aberto à explicação racional (...). Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral afetam o meio ambiente de várias maneiras e, afetando-o, modifica. A relação é, pois, recíproca (...) Uma comunidade ecológica e o seu meio ambiente precisam pois ser vistos como um todo dialético, em que diferentes níveis de existência são ontologicamente significativos – e em que não há um propósito global guiando estas comunidades. (Idem: 31-32).

Essa concepção dialética rompe com a idéia de natureza pura que deve ser preservada intocada, como naturalistas românticos, muitas vezes, defendem. Desde que surgiram na face da Terra, os seres humanos alteram, diariamente, o meio ambiente em que vivem – assim como o fazem os demais animais e vegetais. A interação específica do homem com a natureza ocorre no processo de produção e reprodução das condições de existência através do trabalho. Para produzir sua vida, o homem precisa modificar (não necessariamente mutilar) a natureza, onde encontra recursos naturais e matérias-primas. Como afirma Haila e Levins (*Apud* Foster 345), “o que importa não é se modificamos ou não a natureza, mas como, e com qual propósito, o fazemos”.

Dessa forma, o pensamento de Marx tendeu a tratar a natureza não como tema isolado (*a natureza primitiva e intocada*), mas como tema incorporado à história humana – considerando a relação recíproca entre seres humanos e meio ambiente, ou seja, seu *metabolismo*. Uma consequência do materialismo prático de Marx se traduziu na tendência de enraizar a natureza no domínio da história. Nesse sentido, Foster ressalta a necessidade de encontrar vínculos entre a Teoria Verde e a Teoria Social – a despeito da recusa costumeira dos

teóricos ambientais em trabalharem com os autores sociais clássicos, acusados de construtivistas ou culturalistas por supostamente ignorarem a prioridade ontológica do mundo natural e concentrarem suas preocupações no controle humano da natureza.

Historicamente, os verdes se voltaram contra o que seria um “antropocentrismo arraigado”, uma “abordagem instrumentalista da natureza” e uma “incapacidade de levar em conta os limites naturais (inclusive os limites ao crescimento)” dos teóricos sociais clássicos (Idem: 33). Hoje, como observa Foster, o discurso verde dominante bebe também da crítica pós-moderna ao projeto da modernidade (e sua idéia de construtivismo social)². Para o autor, a recusa dos autores clássicos na Teoria Verde transforma a discussão ambiental num círculo vicioso, eternamente retido na cisão entre as perspectivas construcionistas (sobretudo culturalistas) e anticonstrucionistas (ecológicas profundas). Toda tentativa de transcender a esse dualismo acaba resvalando na noção de “construcionismo cauteloso” – que, no linguajar empresarial, costuma ser decodificado em selos corporativos como “desenvolvimento sustentável”, “responsabilidade social”, “preocupação ambiental” etc. Embora a idéia de “cautela” possa significar um pequeno avanço na temática, Foster critica a falta de conteúdo e de orientação teórica clara nessa proposta.

A importância da teoria do século XIX – incluindo a marxista – para a crítica ambiental contemporânea se deve ao contexto histórico no qual foi formulada, durante a transição do feudalismo para o capitalismo e do escolasticismo medieval para a ciência moderna. Em função disso, “os *insights* teóricos acerca da mudança da relação humana com a natureza característica da teoria social clássica estavam atrelados a uma compreensão da transição em curso de um sistema social histórico para outro” (Idem: 35). Os vestígios dessa transição não aparecem nos discursos ecológicos atuais, que identificam e denunciam a depredação do meio ambiente, mas falham em estabelecer sua origem histórica e sua base econômica. Outras linhas discursivas se esquivam

² Dentro da Teoria Verde pós-moderna, o próprio marxismo é encarado como uma versão extrema do modernismo.

da compreensão histórica da *falha metabólica* entre homem e natureza tratando o assunto como uma característica inerente ao ser humano, que seria atemporalmente predisposto a dominar (e mutilar) o meio ambiente. Tais interpretações negligenciam as várias formas de destruição ambiental como *condições prévias* à emergência da sociedade capitalista. Para Foster, é neste ponto em que o marxismo³ ganha vantagem potencial.

De acordo com autor, foi central na obra de Marx a crítica da alienação da humanidade em relação à natureza – reforçada ainda por suas preocupações com a subsistência humana, as contradições da agricultura capitalista e o antagonismo entre campo e cidade. Tratava-se de explicar historicamente a alienação bilateral do homem, tanto em relação ao seu trabalho como em relação à natureza. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, Marx desenvolve o conceito de alienação do trabalho, inseparável da alienação dos homens em relação à natureza – tanto de sua própria natureza interna como da natureza externa. Para a crítica marxista, a alienação do trabalho se refere (1) ao objeto de seu trabalho; (2) ao seu processo de trabalho; (3) ao ser humano (isto é, a atividade transformativa e criativa que definia os humanos como espécie) e (4) uns dos outros. “Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, pois o homem é parte da natureza” (Marx *Apud* Foster 2005: 107).

Conforme já afirmamos anteriormente, os seres humanos produzem a relação histórica com a natureza, em grande parte, produzindo seus próprios meios de subsistência. Assim, a alienação do homem em relação à natureza é também sempre uma *alienação social*, porque impacta na relação dos homens entre si. Na obra de Marx, a noção de alienação da natureza emanava da vida prática humana e estava enraizada no impulso econômico-político da sociedade capitalista. A alienação do trabalho era um reflexo da sua redução ao status de *commodity*, governado pelas leis de oferta e procura. Essa proletarianização do trabalho estava diretamente ligada à transformação da relação do homem com a terra, que começou com a acumulação primitiva de

³ Entendemos aqui “marxismo” como o conjunto de proposições feitas por Marx e Engels sobre a natureza e não as idéias de autores posteriores que também reivindicaram o marxismo.

capital – através da expansão da propriedade fundiária, da abolição de pequenas propriedades, do cercamento das terras comuns e do expurgo dos camponeses.

Na propriedade fundiária feudal, observou Marx, já se percebia a terra como um poder estranho sobre o homem. A terra já aparecia como o corpo inorgânico do seu senhor, que a utilizava para dominar os camponeses. Entretanto, é a sociedade burguesa que traz essa dominação (da terra e, por extensão, da humanidade) à perfeição. O regime capitalista passa a depender da propriedade fundiária como uma fase-chave no seu desenvolvimento. A propriedade fundiária, como na Inglaterra, atirou a maioria avassaladora da população aos braços da indústria e reduziu os seus próprios trabalhadores à miséria total. Esse processo foi estudado especialmente por Engels em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*⁴.

A alienação dos trabalhadores nas grandes cidades chegou assim ao ponto em que a luz, o ar, a limpeza, não eram mais parte da sua existência; em vez disso, eram a escuridão, o ar poluído e o esgoto *in natura*, não-tratado, que constituíam o seu ambiente natural. Como resultado desta alienação da humanidade e da natureza, foram alijados não só o trabalho criativo mas os elementos essenciais da própria vida (Idem: 111).

Ao romper com os jovens hegelianos e com a tradição idealista, Marx passou a rejeitar também qualquer solução puramente filosófica para a alienação. Portanto, a saída para a alienação humana em relação à natureza só poderia ser encontrada no reino da prática, na história humana. Nos *Manuscritos*, o autor apresenta também, pela primeira vez, a noção de “produtores associados” – idéia derivada de sua crítica à propriedade fundiária e central na sua concepção de comunismo. De acordo com Marx (*Apud Foster 2005: 115*), “a associação restaura os vínculos mais íntimos do homem com a

⁴ Nesta obra, Engels descreveu como a alta burguesia inglesa vivia em “chácaras ajardinadas mais afastadas” e, para chegar ao local de trabalho, conseguia cruzar todos os bairros trabalhadores “sem jamais se dar conta de estar no meio daquela miséria encardida à sua direita e à sua esquerda” (*Apud Foster 2005: 158*). Engels se preocupou também com as toxinas ambientais das cidades industriais e denunciou a falta de circulação adequada das substâncias tóxicas nas casas mal ventiladas dos trabalhadores (como o gás carbônico da combustão). O autor mencionou ainda a falta de tratamento dos dejetos humanos e animais, assim como o alto índice de mortalidade por doenças infecciosas, entre outros males da recente industrialização.

terra de modo racional, não mais mediados pela servidão, pela instituição do senhorio e por uma mística imbecil da propriedade”. Com a implementação do regime de produtores associados, a terra deixaria de “ser um objeto de escambo e, através do trabalho livre e do usufruto livre, mais uma vez se torna uma propriedade autêntica, pessoal do homem” (Idem). Para Marx, essa seria a solução materialista, prática e histórica ao problema da dupla alienação (trabalho e natureza). Como defende Foster:

Não houve nenhum lugar na análise de Marx em que o domínio da natureza exterior tenha sido simplesmente ignorado. Porém, ao desenvolver o materialismo histórico, ele tendeu a mencionar a natureza apenas no limite em que ela era incorporada à história humana, pois era cada vez mais difícil encontrar uma natureza intocada pela história humana. Neste particular, a força da análise de Marx residia na sua ênfase na qualidade da interação entre a humanidade e a natureza ou no que ele acabaria por chamar o ‘metabolismo’ da humanidade com a natureza: através da produção (Idem: 164).

Ao longo da divisão histórica do trabalho, como insistiu Marx, a separação entre cidade e campo no capitalismo desenvolvido representou a mais grave divisão entre trabalho material e mental. A contradição entre campo e cidade só pôde existir no âmbito da propriedade privada. Segundo Marx, ela é a expressão da sujeição do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade definida à qual ele é forçado – “uma sujeição que transforma um homem num animal da cidade, outro num animal do campo, e recria diariamente o conflito entre seus interesses” (Marx *Apud* Foster 2005: 168). A partir dessa cisão, toda a população rural foi excluída também do acesso à cultura. A abolição entre campo e cidade deveria ser uma das primeiras condições da vida comunal. No lugar do inchaço das metrópoles industriais, Marx acreditava na necessidade de distribuição mais equitativa da população pelo território – o que seria possível apenas se a profunda contradição entre campo e cidade fosse superada.

Entre outras consequências, a concentração populacional em grandes centros urbanos perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é:

(...) impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob a forma do alimento e do vestuário; portanto, ela prejudica a operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo... Ela impede sua restauração sistemática como uma lei reguladora da produção social (...) A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador (Marx *Apud Foster* 2005: 220).

Por exemplo, o solo exaurido da Inglaterra do século XIX passava a ser dependente do guano importado do Peru. Isso indicava que a agricultura capitalista deixava de ser autossustentável, ou seja, não encontrava mais as condições naturais de sua própria produção dentro de si mesma, partindo de fontes naturais e espontâneas. Para Marx, o capital era incapaz de manter as condições necessárias à reciclagem natural dos elementos constitutivos do solo. “A produção capitalista volta-se para a terra só depois que esta foi exaurida pela sua influência e depois que as suas qualidades naturais foram por ela devastadas” (Marx *Apud Foster* 2005: 229).

Nesse sentido, a crítica marxista identifica a *falha metabólica* entre homem e natureza como uma crise profunda nas condições naturais que viabilizaram o desenvolvimento da humanidade no planeta.

3. Pressupostos da ecologia política e a onda do ecocapitalismo

A fundação do Partido Verde brasileiro, em 1986, no Rio de Janeiro, marcou a institucionalização do discurso ambiental no país. Os pressupostos da ecologia política que fundamentaram a origem do partido até hoje ecoam em diversas outras modalidades de discursos sobre o meio ambiente – de forma mais ou menos branda. Entre os princípios que norteiam a politização da ecologia pelo movimento verde no mundo todo, Célia Dias destaca alguns pontos comuns: (1) Os verdes se apresentam como opção independente no jogo político, “nem à direita, nem à esquerda”; (2) O movimento ecologista defende a neutralidade de classe no que tange o meio ambiente (no Brasil, o

PV interpelava a população com o *slogan* “Ei! Você, cidadão de todas as classes, você também é responsável pela destruição da natureza!”); (3) Os partidos verdes se afirmam como entidades de valores, não de poder; isto é, estão mais interessados em defender publicamente suas posições do que governar a sociedade; (4) O discurso ecológico prega a autonomia da sociedade e sua autogestão, reciclando argumentos do socialismo utópico e do anarquismo; (5) Os defensores da causa ambiental culpam “o homem” (genérico) pela destruição dos recursos naturais (Dias 2002).

No domínio da política institucionalizada, o discurso ambientalista pode se articular com diferentes tradições e propostas, segundo as clivagens da cultura política e dos campos partidários de cada localidade e momento (Idem). Assim aconteceu com os partidos verdes no mundo todo, que ora priorizam alianças com grupos de direita, aproximando-se de posições mais conservadoras, ora se situam claramente no campo da esquerda. A idéia de neutralidade da causa verde, resumida pela máxima “Nem à direita nem à esquerda, mas adiante” no manifesto do PV brasileiro, escamoteia as infinitas possibilidades ideológicas da defesa da natureza. Cada uma dessas possibilidades pode desembocar em outras tantas representações políticas e estratégias de ação. Essa é uma das principais antinomias do discurso verde dominante.

Na linha do “mude a si próprio se quiser mudar o mundo”, “o discurso ambientalista do Partido Verde convocava ao questionamento dos mais caros valores da sociedade de consumo, pregando mudanças na visão do mundo, uma nova concepção de homem, mudanças nos hábitos pessoais e nos comportamentos sociais” (Idem: 104). A princípio, os alvos do PV eram setores da classe média (especialmente jovens, com alto grau de escolaridade, em condições de subsistência razoavelmente resolvidas e, portanto, mais abertos a questões além da economia); novos movimentos sociais (mulheres, negros, homossexuais); setores contraculturais; agricultores alternativos de comunidades rurais; grupos ligados à espiritualidade (como adeptos do Santo Daime) etc.

Essa nova interpelação político-ideológica se afastou da visão da esquerda tradicional e de seu recorte classista. A questão ambiental era situada acima das contradições de classe – não sendo derivada, em ampla medida, dos seus conflitos indissolúveis na sociedade capitalista (como argumentou Marx). De acordo com Célia Dias, o reconhecimento da existência de classes, no discurso ecológico, pode aparecer em algumas situações específicas, como na atribuição de responsabilidade pelos crimes ecológicos. Entretanto, a recusa pelo corte classista gera vários tipos de ambiguidades e imprecisões na teoria e na prática dos verdes. O manifesto inaugural do PV brasileiro, por exemplo, alargava o horizonte de preocupações do partido para além da defesa da natureza, adentrando também no campo dos conflitos sociais: “A luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e os resquícios do autoritarismo” (Partido Verde, 1986). Sem o conceito de luta de classes ou a diferenciação nítida entre “explorados e exploradores”, todos os males sociais parecem derivados de ações de sujeitos desencarnados, do “Homem” que se corrompeu pela civilização. Como deixa claro o manifesto do PV: “A grande diferença da proposta Verde é que não procura dividir o mundo em explorados e exploradores, porque estamos todos no mesmo barco. Nem à direita nem à esquerda, o Partido Verde deve estar à frente de capitalistas e comunistas” (Partido Verde, 1986). Uma coisa é certa: o PV não precisava “procurar dividir o mundo em explorados e exploradores”, pois esse serviço já estava concluído há bastante tempo.

Uma das categorias privilegiadas no discurso dos Verdes é o “homem”, presente das mais variadas formas, diferentemente de outros movimentos sociais, que privilegiam uma classe ou um grupo social. Geralmente, o “homem”, ser humano (ou a humanidade), é pouco qualificado no discurso da maior parte dos Verdes, configurando uma grande mistificação. Frequentemente, o “homem” abstrato é citado como responsável pela destruição do planeta, indiscriminadamente (Dias 2002: 111).

Por conta das ambiguidades em sua fala, os verdes passam a ser rechaçados pela esquerda – que desconfia de seu projeto e os acusa de não

terem princípios claros – e, ao mesmo tempo, pela direita – que os acusa de românticos e delirantes, por sua oposição, por exemplo, a projetos industriais ou ao gigantismo das cidades. Essa imprecisão ideológica (ou independência, segundo os partidários) permitirá que o PV seja cooptado tanto pela esquerda quanto pela direita, dependendo da situação no campo da disputa política (Idem: 107).

Outro ponto importante é a idéia de partido de valores. Os PVs não são apenas partidos de valores, mas estão no jogo político com estratégias para disputar eleições e vencê-las, como defendem explicitamente militantes e dirigentes. Logo, a recorrente proposta de encontrar soluções fora da política – na sociedade participativa, nos movimentos independentes – tampouco se firma completamente na realidade verde. Eles fazem parte da política formal, ocupam cargos, administram orçamentos públicos, costumam alianças, trocam favores etc. Um dos principais nomes do PV brasileiro, Fernando Gabeira se eternizou na bancada dos deputados federais, desde 1993.

Por sua vez, a noção de autonomia de uma sociedade autogestionária, feminista, autosuficiente e não agressiva se tornará outra contradição do movimento ambientalista, cujos manifestos também defendem ferrenhamente a liberdade humana (inclusive a liberdade econômica, isto é, o direito à propriedade privada). Como a lógica da produção capitalista, dos interesses privados, do lucro e da acumulação, do consumo em massa poderia conviver com a utopia da sociedade verde?

Dentro da perspectiva do ambientalismo dominante, o problema costuma ser resumido como uma questão de reforma dos hábitos e dos valores consumistas e esbanjadores – em última instância, diz respeito à *ética ambiental* adotada por cada um. Essa interpretação nos induz a crer que qualquer indivíduo pode trocar seu sistema de valores de forma inteiramente livre e pragmática. Isto é, os cidadãos estariam aptos a modificar profundamente seu sistema de valores associado ao consumo, assim como as empresas seriam capazes de mudar seu sistema de valores voltado à produção e ao lucro (Barreto 2009: 79). Como resultado das “ações orientadas

por essa ética abstratamente concebida” (Idem), a sociedade como um todo automaticamente se ajustaria a uma nova realidade de harmonia ambiental.

Em vários aspectos, o *ecocapitalismo empresarial* conseguiu incorporar e adaptar muitas das críticas e propostas verdes, marcando uma oposição frente ao capitalismo considerado sujo e predatório. O discurso corporativo da ecologia propõe usar a competitividade mercadológica para diminuir a poluição e os danos ambientais dos processos produtivos, confiando sobretudo na seletividade ecologicamente correta dos consumidores/cidadãos. De acordo com tal lógica, as empresas que desrespeitam os ecossistemas naturais seriam gradativamente banidas do mercado pelos próprios consumidores, que se recusariam a adquirir mercadorias fabricadas sob o signo da depredação ambiental. Assim, o próprio capitalismo seria capaz de estabelecer um controle à distância do meio ambiente, fiscalizando o manejo dos recursos naturais e garantindo sua preservação. Em seus comunicados e posicionamentos públicos, as grandes corporações associam claramente o que chamam de *responsabilidade social* como uma questão de sobrevivência, de competitividade e de lucro.

Por outro lado, a grande mídia ajuda na tarefa de convencer os consumidores de sua tarefa ambiental. Em reportagem recente da revista *Veja*, intitulada “Alternativas ecologicamente corretas”⁵, a publicação oferece um guia de compras montado por “especialistas” que indicam itens menos nocivos à natureza. Entre as opções, estão fraldas de pano ou biodegradáveis; lâmpadas fluorescentes; mochilas de lona de caminhão; “ecocorretivos” (corretivos líquidos para cadernos de papel reciclado) etc. Também é sugerido que os motoristas mantenham seus carros em velocidade constante nas estradas, a fim de emitirem menos poluentes. Cada alternativa foi avaliada pela revista pelo “grau de esforço” do leitor em praticá-la e o nível de “impacto no meio ambiente”. Em suma, era preciso convencer o consumidor que seu esforço não seria exagerado e que a natureza estaria a salvo através de pequenos gestos de boa vontade.

⁵ Edição 2094, 7 de janeiro de 2009, Guia *Veja*, p. 91.

4. Considerações finais

Como Marx provou em sua crítica à economia política, a natureza do capital é valorizar-se constantemente, ao mesmo tempo em que o *valor* unitário das mercadorias segue tendência decrescente. Assim, a massa de mercadorias deve crescer em velocidade cada vez maior para sustentar o lucro. Torna-se claro também que a necessidade vital de autoexpansão do capital depende do aumento constante do consumo. Sobretudo em tempos de crise econômica global, como o discurso ecológico da autolimitação dos desejos de compra poderia vingar, sem comprometer a própria sobrevivência do sistema? O que dizer das autoridades de diversos países que, receosas com os números da economia, vão a público estimular o consumo da população – justamente elas que, até bem pouco tempo atrás, afirmavam priorizar um desenvolvimento sustentável, o que deveria excluir a possibilidade de produção e consumo desenfreados?

Especialmente nos momentos de retração econômica, fica evidente que os *valores éticos* e as *escolhas corretas* em torno da ecologia dependem muito pouco da vontade de cidadãos conscientes. Nos últimos tempos, as más notícias sobre finanças públicas e privadas passaram a ganhar significativamente mais espaço nos informes jornalísticos, nas agendas governamentais e nas estratégias empresariais que as especulações sobre o colapso da natureza. Tampouco os imperativos sobre a produção podem mais se dar ao luxo dos eufemismos discursivos e das falas ecologicamente corretas: a ordem é comprar e muito.

Embora a bandeira da ecologia tenha preenchido um vazio político nas décadas do neoliberalismo, chegando mesmo a ser destacada como principal problema social da virada do milênio, ela não tem conseguido para si própria o que mais pedia para o meio ambiente: sustentabilidade. Para nós, a fraqueza do movimento verde e das experiências *preservacionistas* em voga (considerando as propostas que não são abertamente cínicas) reside ainda na

confusão sobre o caráter das grandes transformações sociais. Enquanto a questão ambiental não for entendida como um problema material e histórico, que se assenta na base da sociedade capitalista, as propostas ambientalistas continuarão restritas à preservação do que já foi parcialmente destruído e à expectativa iludida de uma tomada de consciência geral sobre a ecologia, capaz de alterar todo o sistema de produção e consumo. Mais uma vez, a crítica materialista de Marx nos parece fundamental: é preciso abandonar as visões que “baixam do céu para a terra”.

A dupla alienação sofrida pelo homem, em relação ao trabalho e à natureza, só pode ser resolvida no curso da História, através da contestação e da superação dos elementos que aniquilaram o metabolismo natural da humanidade com seu meio ambiente – como a propriedade privada, a cisão entre cidade e campo, a contradição das classes e, por fim, o próprio modelo de produção capitalista. Para Marx, o resgate da liberdade só poderia ser consumado na sociedade dos produtores associados, quando o homem social pudesse regular racionalmente seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário. Seria a verdadeira luta contra sua própria alienação, isto é, sua dominação por uma força cega.

Para tanto, a questão ecológica deve se incluir numa batalha integrada e universalista contra a exploração das classes, desvencilhando-se das noções que tentam neutralizar politicamente a luta ambiental ou, ainda, desconectá-la do conjunto social. Como argumenta Wood (*Apud* Kohan 2007: 1), o projeto socialista deve se enriquecer com os recursos e os conhecimentos dos novos movimentos sociais, mas não pode usá-los como desculpa para desintegrar a resistência ao capitalismo.

Na medida em que *a ideologia do fim da ideologia* se infiltra com significativa profundidade nos discursos verdes dominantes, a crítica ideológica torna-se ainda mais imprescindível nesse campo. Entendemos que a ideologia comporta uma estrutura subjacente de categorias organizadas de modo a excluir a possibilidade de certas concepções (Eagleton 1996: 211). Em outras palavras, a ideologia funciona como pensamento estruturalmente coagido. A

grande questão ideológica do ambientalismo burguês não está no que tem sido enunciado sobre a causa verde, mas reside, principalmente, em “certos silêncios e elisões eloquentes” (Idem). Podemos admitir que o *ecocapitalismo* responde por considerações válidas – “A poluição da Baía de Guanabara deve ser revertida” – e iniciativas (localmente) eficazes – como determinado projeto de replantio de florestas. Entretanto, seu caráter ideológico (no sentido da manutenção da ordem vigente) se concretiza na zona de fronteira entre o que pode e o que não pode ser dito sobre a questão ambiental – não meramente no sentido da ocultação ou distorção da verdade, mas dos limites analíticos do próprio pensamento capitalista.

Ao catalogar e representar as mazelas ambientais do planeta, o discurso hegemônico é claramente responsável por um jogo de luz e sombra, de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo em que ensaia uma interpelação universal (exceção notável entre as lutas pós-modernas), elimina, em um só golpe, as diferenças entre as classes sociais, a exploração de uns sobre os outros e, assim, a própria tragédia da população pobre – num movimento de dupla exclusão. Isso tudo sem mencionar os demais problemas ecológicos que sequer são reconhecidos como tais, seja por afetarem apenas os miseráveis, seja por representarem perigos estruturais (que não são necessariamente temidos de forma consciente, mas podem servir de barreiras à compreensão do problema geral).

Na primeira parte deste artigo, indicamos que a falha inicial da moderna consciência ecológica burguesa estava na qualidade das perguntas levantadas sobre o assunto. Como observa Eagleton, “as ideologias nunca podem ser apanhadas de surpresa, já que, como um advogado interrogando uma testemunha num tribunal, elas dão um sinal do que seria considerado uma resposta aceitável na própria forma de suas perguntas” (Idem: 212).

Um bom começo é alterar as perguntas.

Referências bibliográficas

BARRETO, Eduardo. Crise ambiental no capitalismo: Uma visão crítica da “sustentabilidade”. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DIAS, Célia. As antinomias discursivas da Ecologia Política: Uma análise baseada na experiência do Partido Verde no Rio de Janeiro, 1986-1992. In: ALIMONDA, Héctor. *Ecologia Política: Naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires/Río de Janeiro: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Agencia Sueca de Desarrollo Internacional (ASDI); Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p. 101-114.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ŽIŽEC, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 179-226.

FOSTER, John B. *A ecologia de Marx: Materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KOHAN, Néstor. Desafíos actuales de la teoría crítica. In: *IV Seminário de Práticas em Serviço Social*, Vitória, 2007.

PARTIDO VERDE (1986). *Manifestos, estatutos e programa*. Rio de Janeiro.

ŽIŽEC, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEC, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.